

CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP

# Edital 8/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2025	929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP	MARIANA LOPES HOHMANN CLARO	25/08/2025 14:03 (v 1.3)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		24/25

## 1. DO OBJETO

# PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2025

## CONTRATANTE (UASG)

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé (929379)

## OBJETO

Aquisição de materiais de escritório e papeleria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 14.069,98 (quatorze mil, sessenta e nove reais e noventa e oito centavos).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/09/2025 às 10h (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

Menor preço por lote

## Modo de disputa:

Aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM (previsto no item 9.5 do TR e conforme LC 123/2006)

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

(Processo Administrativo nº 35/2025)

Torna-se público que a **Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé**, por meio do Setor **de Licitação e Contratos**, sediada na R. Bom Jesus, 145 - Solar da Mantiqueira, Tremembé - SP, CEP 12120-029, realizará licitação, **na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto nº 11.462/2023**, e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de materiais de escritório e papelaria**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O fornecimento será **integral**, sendo selecionada a proposta de **menor preço global**, nos termos do Termo de Referência.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 Não se aplica.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Art. 3.1. Poderão participar deste certame **exclusivamente microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)**, nos termos do **art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, combinado com o **art. 28, §1º, inciso I, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015**, uma vez que o valor estimado da presente licitação não ultrapassa **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, conforme estabelecido no Termo de Referência.

Art. 3.2. Os interessados deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como no sistema de compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

Art. 3.3. Os licitantes deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data fixada para o recebimento das propostas.

Art. 3.4. O licitante será o único responsável pelas transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, inclusive pelos atos praticados por seus representantes, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não cabendo ao provedor do sistema ou à Administração responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes de uso indevido de senhas e credenciais, ainda que por terceiros.

Art. 3.5. É responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados cadastrais nos sistemas mencionados, devendo providenciar correções ou alterações sempre que identificar informações incorretas ou desatualizadas.

Art. 3.6. A inobservância do disposto no artigo anterior poderá ensejar a desclassificação do licitante na fase de habilitação.

Art. 3.7. A obtenção do tratamento favorecido previsto neste edital está limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário da licitação, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento, nos termos da legislação vigente.

Art. 3.8. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, bem como às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual – MEI, nos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pelo Decreto nº 8.538/2015.

Art. 3.9. O objeto da presente licitação está estruturado em **lote único**, compostos por materiais de escritório e papelaria, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Art. 3.9.1. O julgamento será realizado com base no **menor preço global**, sendo obrigatória a apresentação de proposta para todos os itens que compõem o lote de interesse.

Art. 3.10. É vedada a participação na presente licitação:

- I – de licitante que não atenda às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- II – de sociedade cuja atividade seja incompatível com o objeto da licitação;
- III – de empresas estrangeiras que não possuam representação legal no Brasil com poderes para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV – de empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- V – de empresas controladoras, controladas ou coligadas, conforme definido na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VI – de pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- VII – de pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com agente público que atue na licitação, gestão ou fiscalização do contrato, ou que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau desses agentes;
- VIII – de pessoas físicas ou jurídicas condenadas, nos últimos 5 (cinco) anos, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes em desacordo com a legislação trabalhista.

Art. 3.11. O impedimento previsto no inciso IV do artigo anterior será também aplicado àqueles que atuem em nome de terceiros com o intuito de fraudar a efetividade da sanção a eles imposta, incluindo-se, quando comprovado o desvio de finalidade, as respectivas controladoras, controladas ou coligadas.

Art. 3.12. É vedada a participação, direta ou indireta, de agente público vinculado ao órgão ou entidade contratante, sendo observadas as hipóteses que configurem conflito de interesses, nos termos do §1º do art. 9º da Lei nº 14.133 /2021.

Art. 3.13. A vedação constante do artigo anterior aplica-se igualmente a terceiros que auxiliem a condução do processo licitatório ou da execução contratual, na qualidade de integrantes de equipe de apoio, profissionais especializados, funcionários ou representantes de empresas contratadas para prestar assessoria técnica.

## 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

Art. 4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estando disponível para consulta pública juntamente com o Termo de Referência e seus anexos.

Art. 4.2. O valor estimado da contratação foi definido com base em pesquisa de preços realizada conforme os critérios estabelecidos pela legislação vigente, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e compatibilidade com os valores praticados no mercado.

Art. 4.3. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 14.069,98** (quatorze mil e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos), conforme custos unitários apostos no Termo de Referência.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento, nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços, contendo os valores ofertados por lote, conforme critério de julgamento por menor preço por lote, até a data e o horário definidos para a abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

5.3.1. que tem pleno conhecimento das condições do edital e seus anexos, e que a proposta abrange todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento dos materiais de escritório especificados no Termo de Referência;

5.3.2. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. que não mantém empregados em situação de trabalho degradante ou forçado, em conformidade com os princípios da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais do trabalho;

5.3.4. que cumpre a legislação sobre reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

5.4. O licitante que se apresentar como sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa deverá declarar que se enquadra nos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei, observado o disposto nos §§1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133 /2021.

5.5.1. Na presente licitação, que é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” no sistema impedirá o prosseguimento do licitante no certame.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 a pessoa jurídica que se enquadrar nas hipóteses de vedação legal, especialmente aquelas previstas no art. 3º, §§ 4º a 6º, da referida Lei, incluindo, entre outras:

I – pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – filial ou sucursal de empresa com sede no exterior;

III – empresa cujo sócio detenha participação ou seja administrador de outra empresa que ultrapasse o limite de receita bruta fixado no art. 3º, inciso II;

IV – empresa constituída sob a forma de sociedade por ações ou resultante de cisão de outra empresa nos cinco anos anteriores à licitação;

V – cooperativas de consumo e pessoas jurídicas que exerçam atividades financeiras, de seguros ou de capitalização.

5.7. A falsidade de qualquer das declarações exigidas neste item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.

5.8. Os licitantes poderão alterar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública, desde que respeitados os prazos e procedimentos previstos no sistema eletrônico.

5.9. Não haverá classificação ou ordenação das propostas antes da fase de lances. A classificação será efetuada após o encerramento da fase competitiva e da etapa de julgamento.

5.10. Após a fase de lances, os documentos das propostas dos licitantes convocados para habilitação serão disponibilizados para acesso público.

5.11. Desde que o sistema eletrônico ofereça essa funcionalidade, o licitante poderá parametrizar seu valor final mínimo ao cadastrar a proposta, observando as seguintes regras:

5.11.1. aplicação de intervalo mínimo entre lances, inclusive para o lance que cobrir a melhor oferta;

5.11.2. envio automático de lances pelo sistema até o valor mínimo parametrizado, observando-se o intervalo mínimo definido.

5.12. O valor final mínimo parametrizado poderá ser alterado durante a fase de lances, observadas as seguintes vedações:

I – não poderá ser superior ao lance já registrado, no caso de julgamento por menor preço;

II – não poderá indicar percentual de desconto inferior ao já registrado, quando aplicável.

5.13. O valor mínimo ou percentual de desconto parametrizado será sigiloso para os demais licitantes e para a Administração, sendo acessível exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo.

5.14. O acompanhamento das etapas do pregão eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, que deverá monitorar as mensagens emitidas pelo sistema e pela Administração, assumindo o risco pela perda de prazos ou desconexões.

5.15. Qualquer situação que comprometa a segurança ou o sigilo das informações do licitante deverá ser imediatamente comunicada ao provedor do sistema para o bloqueio do acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta por meio do sistema eletrônico, contendo o preenchimento obrigatório dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário de cada item e valor total correspondente;

6.1.2. Marca do produto ofertado;

6.1.3. Nome do fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, respeitando o total estimado indicado no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações e informações constantes na proposta vincularão o licitante para todos os efeitos.

6.2.1. O licitante **não poderá** oferecer proposta em quantitativo inferior ao total estimado para cada item do lote, conforme estabelecido no Termo de Referência.

6.3. Os valores apresentados na proposta deverão incluir todos os custos, encargos, tributos, fretes, seguros, despesas operacionais e quaisquer outros elementos que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos materiais.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na fase de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitida posterior alegação de erro, omissão ou qualquer justificativa para alteração dos valores.

6.5. Caso o regime tributário da empresa implique recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação deverá corresponder à média dos recolhimentos efetivos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a média das alíquotas deverá ser comprovada, quando solicitado, por meio de documentos fiscais hábeis ou escrituração digital (EFD-Contribuições), referentes aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.

6.6. Independentemente do regime tributário ou dos percentuais inseridos na proposta, serão observadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente no momento do pagamento.

6.7. Na presente licitação, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no art. 17 da referida norma.

6.8. A apresentação da proposta implica a aceitação integral das condições deste edital e de seus anexos, especialmente do Termo de Referência, assumindo o licitante a obrigação de fornecer os materiais propostos nas especificações e quantidades exigidas, promovendo sua substituição, caso necessário.

6.9. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

6.10. Os preços propostos deverão respeitar os valores máximos estabelecidos no Termo de Referência para cada item.

6.11. O descumprimento das regras deste item poderá ensejar responsabilização do licitante e dos agentes públicos envolvidos, inclusive com possíveis sanções por sobrepreço ou superfaturamento, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicados neste edital, no endereço eletrônico [www.gov.br /compras](http://www.gov.br/compras).

7.2. Os licitantes poderão substituir suas propostas ou documentos de habilitação, se for o caso, até o momento da abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.3. O sistema eletrônico disponibilizará campo próprio para comunicação entre o pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados de seu recebimento e do valor registrado.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as demais regras estabelecidas neste edital.

7.7. O licitante somente poderá ofertar lance de valor inferior ao último por ele registrado no sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance, no intervalo de até 15 (quinze) segundos após seu registro no sistema, no caso de erro ou inconsistência.

7.10. Será adotado o modo de disputa aberto.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos. Após esse período, será prorrogada automaticamente pelo sistema sempre que houver lance ofertado nos 2 (dois) minutos anteriores ao encerramento.

7.12. As prorrogações automáticas terão duração de 2 (dois) minutos e ocorrerão sucessivamente, enquanto houver novos lances registrados nesse intervalo.

7.13. Não havendo novos lances conforme descrito, a sessão será automaticamente encerrada, e o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valor por lote.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro.

7.15. Durante a sessão, os licitantes terão acesso em tempo real ao valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do autor.

7.16. Em caso de desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, o sistema poderá permanecer acessível para recepção dos lances.

7.17. Se a desconexão persistir por mais de 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada após 24 (vinte e quatro) horas da comunicação aos participantes.

7.18. Caso o licitante não envie lances, concorrerá com o valor da proposta inicialmente apresentada.

7.19. Após o encerramento da etapa de lances, não será aplicada margem de preferência, uma vez que o objeto desta licitação (materiais de escritório) não está abrangido pelas normas legais de margem de preferência.

7.20. Também não se aplicará o desempate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que a presente licitação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

7.21. Havendo empate entre propostas ou lances finais, o critério de desempate obedecerá à ordem do art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

- I – disputa final entre os licitantes empatados, com nova proposta em ato contínuo;
- II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- III – desenvolvimento de ações de equidade de gênero no ambiente de trabalho;
- IV – existência de programa de integridade implementado.

7.22. Esgotados os critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor será feita por sorteio, em ato público, com a convocação de todos os licitantes empatados.

7.23. Encerrada a etapa de lances, se a proposta do primeiro colocado estiver acima do preço máximo definido no Termo de Referência, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, conforme art. 59 da Lei nº 14.133 /2021.

7.24. A negociação será realizada pelo sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25. O resultado da negociação será registrado no sistema e juntado aos autos.

7.26. Após a negociação, o pregoeiro convocará o licitante mais bem classificado para encaminhar, no prazo de até 2 (duas) horas, a proposta atualizada conforme o último lance aceito, acompanhada, se necessário, dos documentos complementares.

7.27. O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada apresentada pelo licitante por meio do chat, antes do término do prazo original.

7.28. Após a negociação e envio da proposta atualizada, será iniciada a fase de aceitação da proposta vencedora.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, e no item 3.10 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva de licitar ou contratar, mediante consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União. (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta será realizada com base no nome e no CNPJ do licitante.

8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também será realizada com base no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, conforme dispõe o art. 12 da referida Lei.

8.3. Constatada alguma ocorrência impeditiva direta ou indireta, o Pregoeiro diligenciará para verificar eventual fraude ou simulação, podendo convocar o licitante para manifestação antes de eventual desclassificação.

8.4. Se atendidas as condições de participação, será iniciada a fase de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro analisará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor máximo previsto neste edital e à conformidade com as especificações do Termo de Referência.

8.6. Será desclassificada a proposta que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. estiver em desacordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis ou superiores ao teto definido;

8.6.4. tiver desconformidade insanável com outras exigências do edital.

8.7. Para fins de julgamento, será considerado como indício de inexequibilidade o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, conforme art. 5º, §3º, da IN SEGES/ME nº 73/2022.

8.8. Havendo indícios de inexequibilidade, o Pregoeiro promoverá diligência, permitindo que o licitante comprove a viabilidade da proposta, sob pena de desclassificação.

8.9. Caso o Termo de Referência exija apresentação de carta de solidariedade do fabricante ou distribuidor, ou de amostras dos produtos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar tais documentos no prazo estabelecido, sob pena de desclassificação.

8.10. A análise técnica das amostras, se for o caso, será feita por setor competente da Administração, e o resultado será disponibilizado no sistema.

8.11. Caso as amostras não sejam entregues no prazo ou não atendam às exigências do Termo de Referência, o Pregoeiro analisará a proposta do próximo classificado, observando o mesmo procedimento sucessivamente.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá necessidade de comprovação de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação.

9.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos ou complementação de informações, em até duas horas, para:

9.11.1. aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.11.4. suprimimento da ausência de certidão/documento expedido por órgão que goze de fé pública.

9.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.9.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato ou emitida Nota de Empenho como instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o contrato ou dar aceite à Nota de Empenho, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação presencial para assinatura, a Administração poderá:

- a) enviar o documento por meio eletrônico ou correspondência com aviso de recebimento (AR), devendo o adjudicatário assiná-lo e devolvê-lo em até 5 (cinco) dias úteis;
- b) disponibilizá-lo em sistema eletrônico próprio, para assinatura digital no mesmo prazo.

10.4. O aceite da Nota de Empenho implicará o reconhecimento de que:

10.4.1. a Nota substitui o contrato formal, conforme art. 95, §3º da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às condições previstas neste Edital e seus anexos; 10.4.3. a contratada reconhece os direitos da Administração e as hipóteses de rescisão previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. O prazo previsto nos itens 10.2 e 10.3 poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceitação pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, respeitado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7. Na assinatura do contrato ou no aceite da Nota de Empenho, será exigida a comprovação de manutenção das condições de habilitação e contratação previstas neste Edital, inclusive a inexistência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

10.7.1. A existência de registro no CADIN constitui impedimento para contratação com a Administração Pública Federal, salvo se regularizada dentro do prazo legal.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.2. Não se aplica.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Não se aplica.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.2. O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da lavratura da ata que contenha a decisão recorrida.

13.3. Quando se tratar de recurso contra atos praticados na fase competitiva do certame, tais como o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, será exigida a manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer, no momento da sessão pública, sob pena de preclusão, nos termos do §1º do art. 165 da Lei nº 14.133 /2021.

13.3.1. A manifestação da intenção de recorrer deverá ser registrada em campo próprio do sistema, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, contado da divulgação do resultado na sessão pública.

13.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou lavratura da ata de habilitação ou julgamento.

13.3.3. Na hipótese de inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br, em campo próprio.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora dos prazos legais não serão conhecidos.

13.7. Será assegurado aos demais licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, para apresentação de contrarrazões, também por meio do sistema, sendo-lhes franqueado o acesso imediato aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou decisão recorrida até a manifestação final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos que não puderem ser aproveitados.

13.10. Os autos do processo licitatório permanecerão disponíveis para consulta pública aos interessados no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé: <https://www.tremembe.sp.leg.br>, em conformidade com os princípios da publicidade e da transparência.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou qualquer documento solicitado pelo Pregoeiro durante o procedimento;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta apresentada, especialmente quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigido;
- c) Solicitar desclassificação após encerrada a etapa competitiva;
- d) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para formalização da contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.4. Recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou a aceitar o instrumento equivalente no prazo fixado;

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa no certame;

14.1.6. Fraudar o processo licitatório;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a legislação;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada (quando exigida);

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) Praticar ato lesivo nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

14.2. Após regular processo administrativo, com garantia da ampla defesa, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do respectivo ente federativo, por até 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos ou até reabilitação, conforme art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Na aplicação das sanções, serão consideradas:

a) A natureza e gravidade da infração;

b) As circunstâncias do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos à Administração Pública;

e) A existência de programa de integridade implantado ou em implantação.

14.4. A multa aplicada será recolhida no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da notificação oficial.

14.4.1. Para as infrações dos itens 14.1.1 a 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor total do contrato ou lote adjudicado.

14.4.2. Para as infrações dos itens 14.1.4 a 14.1.7, a multa será de **15% a 30%** do valor total do contrato ou lote adjudicado.

14.5. As penalidades de advertência, multa, impedimento e inidoneidade poderão ser aplicadas de forma **cumulativa ou isolada**, conforme a gravidade da infração.

14.6. Será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa escrita, contados da intimação.

14.7. A aplicação das sanções de impedimento ou inidoneidade dependerá de processo administrativo conduzido por **comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis**, com intimação do interessado para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.

14.8. Das sanções de advertência, multa e impedimento caberá **recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, a ser decidido pela autoridade superior no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**.

14.9. Da declaração de inidoneidade caberá **pedido de reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da intimação, a ser decidido pela autoridade competente no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**.

14.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** até a decisão final da autoridade competente.

14.11. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de **reparação integral dos danos** causados à Administração.

14.12. As notificações relativas a penalidades serão realizadas por meio eletrônico, para os e-mails constantes na proposta comercial e no cadastro da empresa no SICAF.

14.12.1. Consideram-se válidas as notificações enviadas aos endereços eletrônicos cadastrados, não sendo admitida alegação de desconhecimento.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: preferencialmente por meio da plataforma eletrônica utilizada para a licitação (Compras.gov.br), em campo próprio destinado a esse fim; e, na impossibilidade técnica ou de acesso ao sistema, poderão ser encaminhados, de forma justificada, para o endereço eletrônico [licitacaocmtbe@gmail.com](mailto:licitacaocmtbe@gmail.com).

15.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser devidamente motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Caso a impugnação seja acolhida, será definida e publicada nova data para a realização do certame, com as devidas alterações.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo se houver comunicação em contrário pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implica direito à contratação por parte do licitante vencedor.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas de forma a garantir a ampla competitividade entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, sendo certo que a Administração não será, em nenhum caso, responsável por tais custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos previstos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos iniciam-se e vencem-se em dias de expediente normal na Administração Pública.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições constantes neste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp>) e no endereço eletrônico: <https://www.tremembe.sp.leg.br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos legais, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I – Termo de Referência;

16.11.2. Anexo II – Relatório Pesquisa de Preços.

Tremembé/SP, 25 de agosto de 2025.

---

MARIANA LOPES HOHMANN CLARO - Pregoeira

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DOUGLAS MARCELO DA SILVA**

Equipe de apoio

**MARIANA LOPES HOHMANN CLARO**

Pregoeiro